



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2026 (Do Sr. DR. ZACHARIAS CALIL)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever hipótese de aplicação da medida socioeducativa de internação nos casos de ato infracional análogo ao crime de maus-tratos contra animais com resultado morte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“IV - tratar-se de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, quando resultar na morte do animal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade aperfeiçoar o Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante a inclusão de hipótese específica de aplicação da medida socioeducativa de internação nos casos de ato infracional análogo ao crime de maus-tratos contra animais, quando houver resultado morte, nos termos do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O Estatuto da Criança e do Adolescente consagra um sistema próprio de responsabilização juvenil, estruturado sobre os princípios da proteção integral, da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e da excepcionalidade das medidas privativas de liberdade. Nesse contexto, a internação configura a medida mais gravosa do sistema socioeducativo, admitida apenas nas hipóteses taxativamente previstas no art. 122 da Lei nº 8.069, de 1990, e sempre subordinada aos critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade.

A proposta legislativa ora apresentada decorre, em grande medida, de fatos recentes que evidenciaram uma lacuna normativa relevante no sistema socioeducativo. Destaca-se, nesse contexto, o caso do cachorro Orelha, animal comunitário conhecido e cuidado por moradores da Praia Brava, que, no mês de janeiro de 2026, foi brutalmente agredido por adolescentes,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

sofrendo ferimentos de tal gravidade que culminaram em sua morte por meio de eutanásia indicada por profissionais veterinários.

O episódio gerou ampla comoção social e revelou, de forma inequívoca, a insuficiência da resposta estatal disponível à época, na medida em que, embora a conduta fosse análoga ao crime de maus-tratos contra animal previsto no art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, o ordenamento jurídico não oferecia base legal expressa para a análise da aplicação da medida socioeducativa de internação, por inexistir violência dirigida contra pessoa humana, nem histórico de reiteração infracional.

A Constituição Federal impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de proteger o meio ambiente, vedando práticas que submetam os animais à crueldade. Tal comando constitucional reflete a evolução do ordenamento jurídico brasileiro no reconhecimento da tutela jurídica dos animais, enquanto seres sencientes, merecedores de proteção contra atos de violência injustificada.

Em consonância com esse mandamento constitucional, a Lei nº 9.605, de 1998, tipifica como crime a prática de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais, prevendo resposta estatal mais severa quando há resultado morte. Todavia, quando tais condutas são praticadas por adolescentes, a atual conformação do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente impede, como regra, a aplicação da medida socioeducativa de internação em situações extremas, salvo nas hipóteses de reiteração ou descumprimento de medida anteriormente imposta.

A lacuna evidenciada pelo caso do cachorro Orelha compromete a coerência do sistema jurídico e fragiliza a credibilidade do Estado na proteção de bens jurídicos constitucionalmente tutelados, ao impedir que o Poder Judiciário avalie, de forma fundamentada e excepcional, a necessidade da medida socioeducativa mais gravosa diante de atos infracionais de extrema violência contra animais.

A presente iniciativa não cria punição penal, não afasta a imputabilidade dos menores de 18 anos e não descaracteriza o caráter socioeducativo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Limita-se a ampliar, de forma expressa e excepcional, o rol do art. 122, conferindo base legal clara para que o magistrado, à luz do caso concreto, possa avaliar a adequação da internação, sempre observados os princípios da brevidade, da excepcionalidade e da subsidiariedade da medida.

Ressalte-se que permanece íntegra a vedação expressa à aplicação da internação quando houver outra medida adequada, nos termos do § 2º do art. 122 do Estatuto, não havendo qualquer automatismo na imposição da medida. A alteração proposta apenas autoriza a apreciação judicial em hipóteses extremas, como a verificada no caso concreto que motivou a presente iniciativa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

Dessa forma, o Projeto de Lei busca harmonizar a proteção integral da criança e do adolescente com a tutela constitucional dos animais contra a crueldade, fortalecendo a coerência, a efetividade e a legitimidade do sistema socioeducativo brasileiro diante de atos infracionais de elevada gravidade social.

Em homenagem ao caso que originou esta proposta, sugere-se que esta norma receba a denominação simbólica de “Lei Orelha”. A referência tem finalidade pedagógica e memorial, à semelhança de outras normas emblemáticas do ordenamento jurídico brasileiro, e representa o compromisso do Parlamento com a defesa do bem-estar animal, com a justiça socioeducativa e com a evolução da consciência social sobre a gravidade dos atos de crueldade contra seres sencientes.

Diante do exposto, considerando a relevância social da matéria, a necessidade de aperfeiçoamento do sistema socioeducativo e a urgência em conferir resposta estatal adequada a atos infracionais de extrema gravidade, conta o Autor com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, como medida de justiça, proteção constitucional aos animais e fortalecimento da credibilidade do ordenamento jurídico brasileiro.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputado DR. ZACHARIAS CALIL
UNIÃO BRASIL/GO

